



Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai - IDEAU



REI

REVISTA DE EDUCAÇÃO DO IDEAU

v.4 - n.8 - Janeiro - Junho 2009

Semestral

Artigo:

A FUNÇÃO DOS CONSELHOS DE CLASSE E DAS REUNIÕES PEDAGÓGICAS PARA OS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Autores:

Franciele Roos da Silva Ilha ¹
Hugo Norberto Krug ²

¹ Licenciada em Educação Física pela UFSM; Especialista em Educação Física Escolar e Gestão Educacional pela UFSM; Mestranda em Educação pela UFSM; Tutora do Ensino a Distância do Curso de Especialização em Gestão Educacional da UFSM; Integrante do GEPEF/UFSM (Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Física). franciele.ilha@yahoo.com.br

² Doutor em Educação e Ciência do Movimento Humano; Professor Adjunto da UFSM; Coordenador do GEPEF/UFSM (Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Física). hkrug@bol.com.br

A FUNÇÃO DOS CONSELHOS DE CLASSE E DAS REUNIÕES PEDAGÓGICAS PARA OS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Resumo: Nesta investigação objetivou-se analisar a compreensão de professores de Educação Física sobre a função dos Conselhos de Classe e das Reuniões Pedagógicas, assim como analisar as suas participações nesses espaços. A metodologia utilizada baseou-se na fenomenologia e na abordagem qualitativa. Os participantes do estudo foram cinco professoras de Educação Física, atuantes na rede estadual de ensino do município de Santa Maria (RS). Para a coleta das informações foram feitas entrevistas semi-estruturadas com estas professoras, tendo sua interpretação seguida pela análise de conteúdo. Foi possível perceber que as Reuniões Pedagógicas e os Conselhos de Classe caracterizam-se unicamente em momentos de avaliação dos alunos, no caso dos Conselhos de Classe e de informação, no caso das Reuniões Pedagógicas. Porém, acredita-se que esses espaços poderiam ser aproveitados de forma mais efetiva e formativa com o incremento de discussões, troca de idéias, revisão, construção e avaliação de todas as práticas desenvolvidas na escola.

Palavras-chave: Professor de Educação Física; Gestão Escolar; Participação.

THE FUNCTION OF THE CLASS COUNCILS AND THE PEDAGOGIC MEETINGS FOR THE PHYSICAL EDUCATION TEACHERS

Abstract: In the present investigation it was aimed at analyzing the comprehension of Physical Education Teachers upon the function of Class Councils and Pedagogic Meetings as well as analyzing their participation in these ambient. The methodology was based on the phenomenology and in the qualitative approach. The participants of the study are five teachers of Physical Education, working in the public education system in the city of Santa Maria (RS). Therefore, semi-structured interviews were made with those teachers in order to collect the information, having its interpretation by a content analysis. It was noticeable that the Pedagogic Meetings and the Class Councils are characterized only in the moments of evaluation of students, in the case of the Class Councils and to collect information, in the case of the Pedagogic Meetings. However, it is strongly believed that such ambient should be used in an effective and educative way with the increase of the discussions, exchange of ideas, reviews, construction and evaluation of the whole practices developed at school.

Key words: Physical Education Teacher, School Management, Participation.

INTRODUÇÃO

O Conselho de Classe é um órgão colegiado presente na organização da escola, que deve desempenhar um papel no sentido de mobilizar a avaliação escolar na perspectiva de desenvolver um maior conhecimento sobre o aluno, a aprendizagem, o ensino e a escola. Reúne periodicamente os professores das disciplinas, juntamente com os coordenadores pedagógicos, supervisores, orientadores educacionais, para refletirem conjuntamente e avaliarem o desempenho pedagógico dos alunos das diversas turmas (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2005). O convite para a participação nesses encontros, bem como sua freqüência fica a cargo da Gestão de cada escola, como prevista na LDB/96 no Art.12: “Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I - elaborar e executar sua proposta pedagógica; II - administrar seu

pessoal e seus recursos materiais e financeiros; (...); VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola” (BRASIL, 1996).

Assim, a tomada de decisão de quem irá se fazer presente nesse processo tão importante de avaliação do trabalho escolar caberá a toda equipe escolar, se esta se constituir, efetivamente, numa Gestão Democrática. É importante ressaltar que a participação dos alunos representaria uma forma bem coerente com essa concepção de gestão, já que, eles são as peças-chave norteadoras da Educação Escolar. Ainda que, fossem representados por alguns membros da turma, mas que trouxessem as dificuldades e as sugestões apontadas pelo grande grupo, com intuito de melhorar o processo de ensino e aprendizagem.

No que tange as Reuniões Pedagógicas, Vasconcellos (2002) destaca que elas representam um espaço de trabalho coletivo constante na escola, no sentido de que, se estabeleçam diálogos entre os gestores nas tomadas de decisões em busca do resgate da ação conjunta. Ainda no entendimento deste autor, o trabalho do professor ainda se apresenta muito marcado pelo individualismo e acredita que esse isolamento não favorece em nada a atuação do mesmo. Pelo contrário, o sujeito isolado que luta por um objetivo não vai muito longe. Então, evidencia-se a necessidade dessa articulação de saberes entre os colegas da escola, sendo que, a Reunião Pedagógica pode e deve proporcionar esse processo de formação e avaliação em grupo.

O ideal seria que todos os profissionais da escola participassem das Reuniões Pedagógicas, já que, o fazer pedagógico não é tarefa apenas dos professores, pois quem se envolve com Educação precisa estar (re)construindo os seus saberes necessários à sua prática educativa, de modo que, todos os gestores devem estar juntos para discutir, refletir, rever suas concepções e pensar nas soluções dos problemas que fazem parte de seu cotidiano, norteados pelo projeto pedagógico. No entanto, no cotidiano escolar esses momentos não abragem todos os profissionais, devido a muitos fatores, mas que, as escolas têm a autonomia de definir quem participará desse espaço.

No que se refere à organização sistemática do que será trabalhado nas Reuniões Pedagógicas, Vasconcellos (2002) coloca que esta tarefa deveria ficar a cargo mais diretamente da supervisão da escola, partindo do pressuposto de que ela encontra-se integrada naturalmente aos demais segmentos da escola, porém sempre levando em conta as necessidades do grupo.

O autor concebe esse espaço como um momento de reflexão crítica da equipe escolar com vistas as suas práticas dentro e fora da sala de aula. Dentre os aspectos que podem ser abordados estão: a troca de experiências, a sistematização da própria prática, a pesquisa, o

desenvolvimento da atitude de cooperação e co-responsabilidade, elaboração de formas de intervenção pessoais e/ou coletivas, avaliação do trabalho e o replanejamento. Além disso, dá ênfase ao direcionamento das discussões, para que estas não fujam da realidade escolar.

Bueno (2008) realiza alguns questionamentos a respeito das Reuniões Pedagógicas, entre eles: Deve ser um espaço coletivo, individualizado, ou ambos? Deve ser um espaço de reflexões ou de ações? Um espaço onde o pedagógico prevalece, ou o administrativo? Um espaço apressado ou vagaroso, generoso ou autoritário, burocrático ou dinâmico, de diferenças ou igualdades, de consenso ou de dissenso, de professores ou de "tios e tias", de formação e cultura ou de saberes técnicos?

A partir dessas indagações percebe-se que existem muitas dúvidas em relação aos objetivos das mesmas. Porém, o autor esclarece que o todo da escola, como por exemplo, as Reuniões Pedagógicas, necessitam representar e se concretizar em um momento de formação. Bem como, encontrado nas falas de professores de Educação Física na Dissertação de Mestrado em Educação de Cristino (2007, p.92) sobre a formação continuada: “Este ano a gente teve a formação continuada em parceria com a Universidade (...). Além dos cursos fora e das reuniões pedagógicas”. Nas palavras de Cristino:

Percebe-se que uns professores por diversos motivos, valorizam mais o espaço da reunião pedagógica do que outros. Deveriam aproveitar mais, porque é nesse espaço que surgem muitas questões polêmicas, como por exemplo, a movimentação dos alunos nas aulas de Educação Física que ocorrem no turno regular. São comuns as queixas de professores de outras disciplinas que sentem-se atrapalhados pela “movimentação” dos alunos em função das aulas de Educação Física, entre outras questões. A reunião é o melhor momento que o professor possui, perante os seus pares, de defender e valorizar sua disciplina. Quando o professor não se manifesta ou não está lá para se defender, legitima o senso comum que rotula a disciplina (2007, p.100).

Diante da breve caracterização desses dois momentos que possibilitam a participação dos professores na Gestão das escolas em que atuam, objetivou-se analisar a compreensão dos professores de Educação Física sobre a função dos Conselhos de Classe e das Reuniões Pedagógicas, assim como analisar as suas participações nesses espaços.

METODOLOGIA

Tendo em vista esse processo complexo de construção, pesquisar em Educação requer comprometimento, já que “significa trabalhar com algo relativo a seres humanos ou eles

mesmos” (GATTI, 2002, p.12). Assim, o caminho considerado mais coerente a fim de contemplar os objetivos do estudo sugere a utilização da abordagem qualitativa.

Na compreensão de Minayo (2001) ela responde a questões muito particulares, ao se preocupar com um nível de realidade que não pode ser quantificado, de modo a garantir a sua subjetividade. Na mesma direção que Demo, entende a pesquisa qualitativa ao dizer que ela “caracteriza-se pela abertura de perguntas, rejeitando-se toda resposta fechada, dicotômica, fatal. Mais do que o aprofundamento por análise (...) busca o aprofundamento por familiaridade, convivência, comunicação” (2005, p.174).

Além disso, fomos guiados pela fenomenologia, enquanto corrente do pensamento que segundo Triviños (1987) possibilita a flexibilidade na interpretação dos fenômenos, com vistas a reformular, criar ou substituir indicativos de acordo com os resultados. Na concepção fenomenológica da pesquisa qualitativa, a preocupação fundamental é com a caracterização do fenômeno, com as formas que apresenta e com as variações, já que o seu principal objetivo é a descrição.

Para a coleta de informações utilizaram-se entrevistas, sendo esta uma estratégia que se realiza frente a frente com o entrevistado, permitindo se estabelecer um vínculo melhor com o indivíduo e em consequência colabora no aprofundamento das questões elaboradas (NEGRINE, 2004). As entrevistas foram semi-estruturadas formadas por questões abertas, que segundo o autor, caracteriza-se por perguntas predefinidas pelo pesquisador, permitindo explorar aspectos relevantes que surgem ao longo da conversa.

Os participantes do estudo foram cinco professoras de Educação Física, atuantes na rede estadual de ensino do município de Santa Maria (RS). A escolha dos participantes foi realizada de acordo com a sua atuação na rede estadual de ensino de Santa Maria (RS). Com vistas a não expor as professoras e também por questões éticas, seus nomes foram substituídos pelos seguintes: Professora *Flor*, Professora *Mel*, Professora *Sol*, Professora *Lua* e Professora *Estrela*.

Para a interpretação das entrevistas utilizou-se a análise de conteúdo, que de acordo com Bardin (1977) representa um conjunto de técnicas para analisar comunicações, que buscam desvendar através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicativos que possibilitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de reais destas mensagens. Destaca ainda que, “enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre dois pólos: do rigor da objetividade à fecundidade da subjetividade” (BARDIN, 1977, p.9). No entendimento de Godoy (1995, p.23) o pesquisador que opta pela análise de conteúdo objetiva “entender o sentido da

comunicação, como se fosse um receptor normal e, principalmente, desviar olhar, buscando outra significação, outra mensagem, passível de se enxergar por meio ou ao lado da primeira”.

Bardin (1987) destaca que para a utilização da análise de conteúdo é necessário seguir três etapas principais:

1^a) a pré-análise: etapa que trata do esquema de trabalho, envolve os primeiros contatos com os documentos de análise, a formulação de objetivos, definição dos procedimentos a serem seguidos e a preparação formal do material;

2^a) a exploração do material: etapa que corresponde ao cumprimento das decisões anteriormente tomadas, isto é, leitura de documentos, categorização, entre outros; e,

3^a) tratamento dos resultados: etapa onde os dados são lapidados, tornando-os significativos, sendo que esta etapa de interpretação deve ir além dos conteúdos manifestos nos documentos, buscando descobrir o que está por trás do imediatamente apreendido.

ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

Os Conselhos de Classe: sua função e a participação das professoras de Educação Física

Acerca do entendimento das professoras de Educação Física sobre o papel dos Conselhos de Classe, a maioria delas enfatiza a função de avaliar desempenho do aluno nesse espaço pedagógico da escola.

É a reunião dos professores daquela classe, da turma prá fazê uma avaliação de aluno por aluno, aonde todos os professores expõe o que acontece a respeito do aluno x (...) (Professora **Flor**).

É o momento que a gente tem, pelo menos aqui na escola, juntamente com os alunos, de se reunir todos os professores daquela turma, juntamente com a supervisão que a gente tem prá avaliar de perto, ver quais os problemas prá procurar solucionar, qual o rendimento daquela turma e também prá conhecer o aluno mais de perto (Professora **Mel**).

Ele tenta achar o que tá faltando dentro de uma turma, procura achar uma solução prá aquele problema, sabê os problemas que estão acontecendo, se é de nota ou de atitudes, de planejamento (Professora **Sol**).

(...) o momento do Conselho de Classe é prá gente conhecer o aluno, prá sabê que tipo de comportamento ele tem, prá sabê como ele tá respondendo na sala de aula, que é o mesmo praticamente que ele tá respondendo na Educação Física (Professora **Lua**).

Este fato nos leva a refletir sobre o que realmente esses conselhos objetivam e se eles representam um momento de avaliação coletiva do trabalho desenvolvido na escola. Sobre esse assunto, Souza (1998) realiza esses questionamentos e coloca que nas atribuições do Conselho de Classe, a ênfase recai no poder de decisão em relação à aprovação ou reprovação do aluno, atitude esta que demonstra a dimensão classificatória da avaliação. Além disso, em

seu estudo sobre a construção do fracasso escolar no Conselho de Classe, a autora, evidencia que, freqüentemente os professores apontam como causas do baixo desempenho do aluno os problemas psicológicos, sem terem o mínimo de conhecimento para isso, e/ou aspectos genéticos, observados por comportamentos e atitudes indesejadas nos irmãos, pais ou familiares do aluno. Desse modo, não raras vezes, os alunos “problema” são encaminhados para tratamentos psicológicos por não se adequarem ao estilo pedagógico de alguns professores, ou mesmo da escola. Sendo assim, ao emergirem as dificuldades dos alunos em aprenderem, participarem da aula, se motivar com os conteúdos, em vez de se refletir criticamente em torno de todas as possíveis questões educativas, não, é mais cômodo, transferir à responsabilidade, assim como, a solução dos problemas para além do âmbito escolar.

Constatamos que Mattos (2005) também possui essa compreensão, pois destaca que a indefinição e a ausência de critérios avaliativos de origem acadêmica estão sendo substituídas por apreciações subjetivas sobre os alunos.

Em alguns momentos, transparece nos depoimentos das professoras uma preocupação com a solução de problemas educativos ou de aprendizagem dos alunos. Porém, em nenhum instante são apontadas questões referentes à reflexão, discussão e (re)avaliação das próprias práticas das professoras, ou ainda da Educação Escolar como um todo. Então, parte-se da idéia de que somente os alunos podem apresentar dificuldades, problemas de aprendizagem, de relacionamento, e, portanto, são os únicos membros da comunidade escolar que precisam ser avaliados. Ao discordar dessa postura, Souza (1998) parte da idéia de que o professor e demais profissionais participantes do Conselho de Classe se apropriem dos resultados obtidos sobre o desempenho dos alunos e utilizem estes, a fim de, realizarem uma reflexão crítica do processo educativo, com vistas a desenvolverem novas práticas para suprir as necessidades e prioridades dos alunos capazes de garantir o seu crescimento.

Em contrapartida, uma das professoras dá sentido à participação do aluno, nesta reflexão:

Eles deveriam pensar em promover um espaço de diálogo pra os alunos sobre a instituição, que a gente vê nas escolas, o professor opina, pai opina, e quem menos opina é o aluno que deveria ser em minha opinião bastante incentivado, já que a escola existe mesmo em função do aluno, ela não existe sem professor, mas também não existe sem o aluno (Professora **Estrela**).

Todas as professoras afirmam participar dos Conselhos de Classe de suas escolas, que acontecem de três em três meses. Inclusive, uma das professoras aponta esse longo período

entre um conselho e outro como fator negativo para o cumprimento dos objetivos e metas realizadas nesses encontros.

(...) eu acho muito esporádico, pois faz só três vezes por ano essa reunião com eles, eu vejo que não tem muitos frutos dali, porque eles se comprometem, (...) e como não tem aquela persistência, aquela regularidade na conversa, eu percebo que eles acabam não se comprometendo tanto com esses objetivos, mas também eu imagino que não teria assim, como eles se comprometerem mais, e eu acho que esse seria um canal muito importante de comunicação deles, enquanto gestores também com a escola (Professora **Estrela**).

Vasconcellos (2002) reforça essa idéia ao destacar que quando estes encontros entre os professores não são muito freqüentes, já sabemos o que acontece: acumulam-se tantos problemas, tantas coisas para serem discutidas e resolvidas, que as pessoas desanimam.

AS REUNIÕES PEDAGÓGICAS: SUA FUNÇÃO E A PARTICIPAÇÃO DAS PROFESSORAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

As professoras caracterizaram esse espaço principalmente como um momento de se atualizar frente aos acontecimentos que estão ocorrendo na escola. Destacam que gostam muito de participar, já que ficam por dentro dos assuntos, dos eventos, das demais reuniões, de questões mais burocráticas e administrativas. Porém, essa última característica citada se faz presente em todas as reuniões, e muitas vezes limitam e destinam as discussões apenas nessa direção. “Eu acho que é importante, mas só prá tratar assuntos que realmente tá sendo problema, só prá resolver, aquelas reuniões pedagógicas que tu fica lá só com umas conversas, só prá dizer, contar, não” (Professora **Lua**).

Só que as reuniões nos dois colégios que eu participo, elas são muito mais administrativas, raramente são de estudo, (...) mas sempre tem muito assunto administrativo, então raro são as reuniões de estudo, no município o pessoal é até preocupado, mas não existe esse espaço, aí então eventualmente durante o ano faz reuniões específicas de formação, daí pega um sábado de manhã e trabalha. Já na outra (...) é administrativa também, nem teria tempo prá fazer (Professora **Estrela**). (...) sempre tem a parte de aviso, de cronograma, e também é feita uma discussão sobre os alunos (...) (Professora **Flor**).

Vasconcellos (2002) preocupa-se com esse reducionismo da Reunião Pedagógica e coloca que não adianta ter um momento como este assegurado e reservado, se não sabemos utilizá-lo de forma adequada. Destaca que para tornarmos as reuniões significativas para as necessidades do grupo, é preciso se guiar pelo Projeto Político-Pedagógico. O autor define que reuniões devem representar uma “parada para refletir” com o intuito de evidenciar as

contradições nas atitudes tomadas, assim como, socializar as conquistas e as experiências positivas com os colegas.

Nesse sentido, Schön (2000) trás em sua proposta de formação profissional a reflexão sobre a prática, a qual se apresenta como alternativa de entender e desenvolver uma atuação docente a partir de uma nova perspectiva. Para o autor a reflexão-na-ação se concretiza no ato de pensar o que se faz no instante que faz. Essa atitude remete-se para a prática da pesquisa, mas a pesquisa sobre a prática, não pesquisas que se limitem à teoria. Entretanto, diante disso, emerge um dilema para educadores, profissionais e estudantes, já que, nas faculdades predominam uma nítida separação entre o campo teórico e prático. Nas palavras de Schön (2000, p.9) “O currículo normativo das escolas e a separação entre a pesquisa e a prática não deixam espaço para a “reflexão-na-ação”.

Dentre as professoras, apenas uma informa não participar das reuniões devido a questões de horários, como se observa na fala: “Sempre participei, gosto de participar, até me sinto mal de não poder participar, porque a gente fica por dentro dos assuntos, mas agora elas acontecem num período que eu tenho aula” (Professora **Mel**). A mesma professora define esse espaço como sendo formativo: “É um momento de formação e informação que a gente fica sabendo de tudo que tá acontecendo na escola, troca de aprendizagens entre colegas também, um momento muito importante dentro da escola”. Outra professora, também se mostra interessada e entende esse momento a partir dessa perspectiva:

Eu acredito que a Reunião Pedagógica seja um espaço também de formação continuada, ela deveria ser no mínimo semanal, teria que ter no mínimo duas horas, além dos assuntos administrativos tratados, dos estudos, ser uma reunião de estudo, por exemplo, o Projeto Político-Pedagógico que a gente acaba fazendo assim, participando não tão ativamente, deveria ser discutido ali, deveria ser discutido o regimento, as próprias políticas públicas que a gente percebe que não tem muito conhecimento, todas essas questões (Professora **Estrela**).

Esta professora acredita, contudo, que as Reuniões Pedagógicas poderiam e deveriam ser mais bem aproveitadas com vistas à formação continuada do professor, seu desenvolvimento profissional e da escola. Vasconcellos chama à atenção para o fato de que “Este espaço não é, pois, um ‘requinte’; é uma absoluta necessidade; sua inexistência dificulta muito qualquer mudança na escola. Sem ele, não se tem condições mínimas de criar algo coletivamente, e de assumir junto um projeto” (2002, p.122). Assim esclarece que é tarefa do professor estar sempre se qualificando, se esforçando para melhorar sua prática, pois, esta qualificação não se dá a priori, pode ser antes, durante e depois da ação docente, ou melhor, é importante a reflexão em todos esses momentos.

Tentar atualizar o professor de como é que tem que ser feito o trabalho, a respeito dos cadernos, de como que tem que desenvolver o trabalho deles, se tem que usar temas, dependendo daquele mês, dependendo do momento que tem que ser atualizado (Professora **Sol**).

Eu acho importante porque daí passa para a escola o que é importante, o que tá acontecendo na escola, quais os objetivos, as metas. (...) prá ver o que tá acontecendo, o que precisa melhorar (Professora **Lua**).

Esta professora também acredita na relevância das Reuniões Pedagógicas para a atuação docente. No entanto, a frequência dessas reuniões difere de escola para escola, como se observa nas falas:

(...) numa escola ela é semanal (município) (...). Já na outra por decisão da direção, os professores até não foram consultados, lá a reunião é mensal (estado) (...) (Professora **Estrela**).

(...) toda semana (Professora **Sol**; Professora **Mel**).

(...) todas as quartas-feiras (Professora **Flor**).

Cada quinze dias geral, uma vez por mês da disciplina (...) (Professora **Lua**).

Na última fala, destaca-se o fato de que na escola em que a Professora **Lua** trabalha existem dois tipos de Reuniões Pedagógicas: as gerais e, as das disciplinas. Sobre isso, Vasconcellos (2002) aponta que geralmente quando existem reuniões por área, também tem as reuniões gerais, como se evidencia nesse caso, então, acredita que aquela é válida e bem vinda, pois o trabalho fica mais articulado.

CONCLUSÃO

Através desta investigação, evidenciou-se que as Reuniões Pedagógicas e os Conselhos de Classe caracterizam-se unicamente em momentos de avaliação dos alunos, no caso dos Conselhos de Classe e de informação, no caso das Reuniões Pedagógicas. Porém, eles poderiam ser aproveitados de forma mais efetiva e formativa com o incremento de discussões, troca de idéias, revisão, construção e avaliação de todas as práticas desenvolvidas na escola, já que, quando se pensa em Gestão Democrática entendem-se essas e as demais atividades da escola como mecanismos espaços-tempo de formação profissional e de discussão e reconstrução constante dos apontamentos elaborados no Projeto Político-Pedagógico.

Nessa direção, Vasconcellos (2002) enfatiza que a escola sendo um espaço de trabalho representa também um espaço formativo. Destaca ainda que as Reuniões Pedagógicas podem ser caracterizadas e constituídas como um tempo específico que resgate o saber de mediação do professor, sejam eles saberes das ciências de referências, saberes pedagógicos ou saberes

do fazer cotidiano na sala de aula. Nas palavras do autor: "Negar este espaço de trabalho na escola é contribuir para o desperdício da cultura pedagógica desenvolvida, para a justaposição de saberes (...) e para o reforço da dicotomia teoria-prática, além de ser uma forma de negar o saber (...) do professor" (VANCONCELLOS, 2002, p.123).

Da mesma forma que Souza (1998) salienta que o Conselho de Classe ganhará sentido se vier a se configurar num espaço possibilitador de análise do desempenho do aluno e também do desempenho da própria escola, de forma conjunta e cooperativa pelos membros que integram a organização escolar ao romper com as finalidades classificatórias e seletivas a que tem servido.

Dessa forma, busca-se um novo espaço escolar através de relações dinamizadas estabelecidas entre os diretores, professores, alunos, e a comunidade em geral, que favoreçam um processo de formação, construído com base na interação e no diálogo entre os sujeitos desse processo.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. Tradução de Luis Antero Neto e Augusto Pinheiro. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Edições 70, 1977.

BRASIL. **Lei nº 9.394**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

BUENO, M.C. **Reunião pedagógica: que espaço é esse?** Disponível em: <http://www.portalensinando.com.br/ensinando/principal/conteudo.asp?id=2955>. Acesso em: 19/02/2008.

CRISTINO, A.P. **Um olhar crítico-reflexivo sobre a formação continuada de professores de Educação Física da rede municipal de ensino de Santa Maria (RS)**. 2007. 162f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

DEMO, P. **Metodologias da investigação em Educação**. Curitiba: Iboex, 2005.

GATTI, B. **A construção da pesquisa em Educação no Brasil**. Brasília: Plano Editora, 2002.

GODOY, A.S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, São Paulo, v.35, n.3, p.20-29, mai./jun.,1995.

LIBÂNEO, J.C.; OLIVEIRA, J.F.; TOSCHI, M.S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MATTOS, C.L.G. O conselho de classe e a construção do fracasso escolar. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.31, n.2, p.215-228, maio/ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a05v31n2.pdf>. Acesso em: 19/02/2008.

MINAYO, M.C.S. (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

NEGRINE, A. Instrumentos de coleta de informações na pesquisa qualitativa. In: TRIVINOS, A.N.S.; MOLINA NETO, V. GIL, J.M.S. [et al]. **A pesquisa qualitativa na Educação Física**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Sulina, p. 61-93, 2004.

SCHÖN, D.A. Tradução Roberto Cataldo Costa. **Educando o profissional reflexivo: um novo desing para o ensino e a aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

SOUZA, S.M.Z.L. Conselho de classe: um ritual burocrático ou um espaço de avaliação coletiva? **Série Idéias**, São Paulo: FDE, n.25, p.45-59, 1998. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_25_p045-059_c.pdf. Acesso em: 19/02/2008.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELLOS, C.S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2002.